



SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA:

considerações sobre o fazer profissional de assistentes sociais do IFPI

Amanda Marques de Oliveira Gomes¹

Samara Cristina Silva Pereira²

RESUMO

As instituições educacionais constituem espaços privilegiados de sociabilidade, aprendizagem e desenvolvimento, mas também de expressão da questão social como situações de pobreza, violência, uso/abuso de álcool e outras drogas, que contribuem para o baixo rendimento, retenção e evasão das/dos estudantes (ALMEIDA, 2011). Durante a pandemia do Coronavírus, novas problemáticas são acrescidas a essas, como a dificuldade de acesso às atividades remotas. Nesse contexto, como assistentes sociais que atuam no espaço educacional tem respondido aos desafios da intervenção profissional visando à garantia do direito à educação? As respostas a tal questionamento são buscadas nas intervenções construídas por assistentes sociais do IFPI, adotando-se no percurso metodológico a revisão de literatura, pesquisa documental e relatórios profissionais. Verifica-se que as profissionais reorganizam seu fazer profissional em consonância com o projeto ético-político da categoria, lançando mão de novas estratégias e recursos na materialização de uma *práxis* comprometida com o direito social à educação.

Palavras-chave: Educação. Serviço Social. Pandemia.

ABSTRACT

Educational institutions are privileged spaces for sociability, learning and development, but also for the expression of social issues such as situations of poverty, violence, use/abuse of alcohol and other drugs, which contribute to the low performance, retention and evasion of students (ALMEIDA, 2011). During the Coronavirus pandemic, new problems are added to these, such as the difficulty of accessing remote activities. In this context, how have social workers who work in the educational space responded to the challenges of professional intervention aimed at guaranteeing the right to education? The answers to this question are sought in the interventions constructed by social workers at the IFPI, adopting a literature review, documentary research and professional reports in the methodological path. It appears that the professionals reorganize their professional practice in line with the ethical-political project of the category, making use of new strategies and resources to materialize a praxis committed to the social right to education.

Keywords: Education. Social Service. Pandemic.

¹ Assistente Social do IFPI, Mestre em Políticas Públicas PPGPP-UFPI. E-mail: amanda@ifpi.edu.br

² Assistente Social do IFPI, Especialista em Educação Profissional integrada à EJA – IFPI, Mestre em Políticas Públicas PPGPP- UFPI. E-mail: samara.silva@ifpi.edu.br



1 INTRODUÇÃO

As instituições educacionais constituem espaços privilegiados de sociabilidade, aprendizagem e desenvolvimento, mas também de expressão da questão social como situações de pobreza, violência, uso/abuso de álcool e outras drogas, que contribuem para o baixo rendimento, retenção e evasão das/dos estudantes (ALMEIDA, 2011). Durante a pandemia do Coronavírus, em que foi adotado o isolamento social como medida de prevenção ao contágio pelo novo vírus, novas problemáticas são acrescidas às já existentes, como a dificuldade de acesso às atividades educacionais remotas haja vista suas exigências de conectividade e equipamentos, perpassando as condições materiais de existência de estudantes e suas famílias.

Frente a este contexto, o presente artigo ocupa-se em discutir como assistentes sociais que atuam no espaço educacional tem respondido aos desafios postos à intervenção profissional visando à garantia do direito social à educação. Para tanto, ao longo do trabalho busca responder às seguintes questões: qual a concepção de educação norteadora do Serviço Social contemporaneamente? Quais as principais demandas postas aos/as assistentes sociais no contexto educacional durante a pandemia? Quais as respostas profissionais construídas para minorar os impactos sociais que recaem sobre estudantes e suas famílias nesse momento?

Na busca de elucidar os questionamentos elencados, adotou-se como estratégia metodológica a revisão de literatura na área da temática em discussão, de legislação nacional sobre a educação, registro de trabalho desenvolvido pelo Serviço Social, instruções normativas da instituição durante o período da Pandemia e que são orientadoras do trabalho profissional.

O artigo está organizado em cinco seções, incluindo essa Introdução que é a primeira. A segunda discorre sobre a concepção contemporânea de educação que orienta o trabalho de assistentes sociais no contexto atual. A terceira, elenca as requisições profissionais e sua relação com os preceitos normativos da profissão. A



quarta seção contextualiza as reconfigurações do trabalho profissional na pandemia e apresenta a discussão sobre o serviço social do IFPI, e sua atuação no contexto da Pandemia, através de relato de experiência das assistentes sociais do campus Teresina Central, maior campus do IFPI. Encerra-se com a conclusão sobre o relato de experiências dos assistentes sociais no IFPI campus Teresina Central.

2 CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO NORTEADORA DO SERVIÇO SOCIAL NA CONTEMPORANEIDADE

A educação é uma dimensão da vida social afetada pelas contradições da sociedade capitalista e que integra o conjunto de práticas sociais necessárias a manutenção de um modo de ser dessa sociedade. Sua função social, nesse contexto, é permeada por disputas e reflete o quadro das desigualdades geradas pela sociedade capitalista (ALMEIDA, 2011).

No Brasil, conforme a Constituição Federal de 1988, em seu Art. 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Trata-se de uma concepção em que a educação é prerrogativa que todos os cidadãos podem exigir do Estado, que tem o dever e a responsabilidade de ofertá-la, pois é direito inalienável e necessário ao usufruto dos demais direitos, civis e políticos.

A legislação infraconstitucional que regulamenta a educação no Brasil, Lei nº 9.394/1996, em seu Art. 1º. traz a ampla compreensão da educação em nossa sociedade, que é realizada para além dos tradicionais conceitos do espaço escolar: “A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

Nessa esteira, tomada enquanto direito social, a educação não se encerra nas instituições de ensino, ainda que formalmente ministradas nessas, e justamente por envolver outros canais de educação, que sua construção para o enfrentamento das bases de sustentação do modo de organização social se faz na perspectiva de uma



educação com caráter emancipador, isto é, uma educação que possibilita aos atores sociais o desenvolvimento de suas potencialidades e capacidades como gênero humano, mas também que tem como estratégia a ampliação e consolidação dos direitos sociais e humanos e o respeito à diversidade humana, reconhecendo os processos de constituição dos sujeitos coletivos e de suas lutas (CFESS, 2011).

É nessa articulação das práticas sociais em prol da ampliação dos direitos sociais que o serviço social é demandado a contribuir com a construção histórica de uma educação emancipadora, alinhado ao projeto ético-político profissional que, conforme Netto (2001), tem o reconhecimento da liberdade como valor central, concebida como possibilidade de escolher entre alternativas concretas e o compromisso com a autonomia, a emancipação e a plena expansão dos indivíduos sociais.

No contexto atual, o desfinanciamento público sofrido pelas políticas sociais, cristalizado na aprovação da Emenda Constitucional nº95 de 2016 que estabeleceu um rígido controle sobre as despesas públicas, congelando por 20 anos os gastos públicos com políticas sociais como educação e seguridade social, evidencia o aprofundamento das desigualdades sociais, e por conseguinte, coloca como pauta urgente a necessidade de investimentos que sejam capazes de equalizar as diferenças sociais entre as/os estudantes, que foram sobremaneira aprofundadas, e essa é uma das pautas do serviço social, que historicamente tem atuação no campo da educação.

3 REQUISIÇÕES PROFISSIONAIS E SUA RELAÇÃO COM OS PRECEITOS NORMATIVOS DA PROFISSÃO

A atuação do/a Assistente Social no campo educacional, enquanto construção sócio-histórica, tende a variar conforme a conjuntura socioeconômica, política e cultural vigente, bem como de acordo com os projetos estabelecidos pela categoria profissional. Conforme Almeida (2004, p.3), ao tratar da história de construção e identificação de alternativas construídas pela profissão, é preciso situá-las em relação às políticas sociais, que é seu *lôcus* privilegiado do trabalho.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





Isso porque a inserção da profissão nas diferentes áreas das políticas sociais, dentre as quais a educação, requer a compreensão dos processos sociais e institucionais que se configuram como campo de disputas sociais na busca da ampliação e consolidação de direitos sociais os quais nem sempre são homogêneos, e incorporam modalidades e formas diversas de sua oferta.

Na construção do fazer profissional na educação, as ações orientam-se pelos instrumentos que afirmam a concepção do projeto ético-político e que devem ser observados pelos/as profissionais e empregadores, tais como; as competências e atribuições profissionais elencadas na Lei de regulamentação da profissão, os princípios estabelecidos no Código de Ética Profissional e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS.

Com atenção a esses preceitos e analisando as demandas profissionais, verifica-se que as requisições a assistentes sociais na educação, segundo CFESS (2011), relacionam-se às seguintes linhas de atuação: garantia da gestão democrática e da qualidade da educação; garantia do acesso à educação escolarizada e garantia da permanência na educação escolarizada.

As ações com foco na garantia da gestão democrática, são apresentadas como aquelas que independem das demandas elencadas em programas governamentais e relacionam-se mais à delimitação da atuação profissional definidos por assistentes sociais, ou seja, está plenamente sintonizada à compreensão do significado da educação no bojo das lutas sociais e aponta a necessidade de consolidar algumas conquistas no campo da gestão pública na política educacional, fortalecendo os processos de constituição e intervenção dos sujeitos políticos como necessários à construção de experiências democráticas.

No que se refere às atividades voltadas a garantia do acesso à educação escolarizada, verifica-se um amplo espaço de ações normatizadas nos programas governamentais, privados e da sociedade civil, e o profissional, para além dos procedimentos técnicos e operacionais dessas normativas é demandado a contribuir com as condições efetivas da universalização do acesso à educação, que é atravessado por uma série de expressões da questão social.



Já nas ações garantia da permanência na educação escolarizada, se identificam programas e projetos diversificados nos diversos níveis e modalidades de ensino como extensões das atividades decorrentes dos programas voltados para a garantia do acesso à educação escolarizada. Nesse sentido, as estratégias profissionais devem estar atentas às desigualdades que permeiam a política de educação e às articulações necessárias junto aos diferentes sujeitos coletivos e dos processos de luta no campo educacional. Assim, as condições materiais de existência das/dos estudantes é um aspecto fundamental sobre às possibilidades reais que ele terá desde o seu deslocamento, a sua alimentação até o suporte às condições imateriais de socialização e proteção.

Essas requisições e demandas constituem-se a partir de fenômenos diversos e como elas são redimensionadas em um período de calamidade pública é o que discutiremos a seguir.

4 RECONFIGURAÇÃO DA ATUAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO EM CONTEXTO DE PANDEMIA

A Pandemia em decorrência do Covid-19 ou novo Coronavírus, tem afetado a sociedade nas suas diversas dimensões, colocando-a em situação de calamidade e traz implicações em diferentes campos: saúde, emprego, renda, integridade, segurança, dentre outros. Por isso, a pandemia constitui-se como um grande desafio às pessoas, suas práticas e rotinas, e às instituições, que a despeito de terem que desenvolver suas atividades em novos formatos, tem também como desafio o desenvolvimento de ações que possibilitem a sociedade se reorganizar e proteger os sistemas já existentes e que se encontram sobre grande pressão, ou mesmo sob condição de ameaça, como é o caso da economia.

No campo da educação, as distintas realidades da rede pública e do setor privado, se mostram de maneira mais acentuada. O distanciamento social como medida de proteção e contenção da propagação do novo Coronavírus provocou a paralisação das atividades educacionais nos diferentes níveis, afetando milhares de crianças, adolescentes, jovens e adultos de uma maneira nunca antes conhecida. Em



todo o mundo, os sistemas de educação foram paralisados. As respostas construídas nas diferentes sociedades estão associadas com a capacidade de respostas que essas sociedades construíram ao longo da sua trajetória.

De uma maneira mais evidente, as desigualdades sobre aos diferentes recursos necessários ao pleno usufruto da educação se coloca agora de forma escancarada, e aqueles que possuem dificuldade de acesso à tecnologia e conectividade são afeados de maneira brutal, tanto por não terem acesso a essas formas modernas de comunicação e informação, quanto pelo descaso público em resolver essa problemática. O Estado Brasileiro passa ao largo dos problemas educacionais e não apresenta alternativas de maneira imediata que possa resolver essa problemática, comprometendo as possibilidades das instituições encaminharem soluções de maneira mais equânime e democrática.

As dificuldades da rede pública são intensificadas diante esse momento e têm passado, entre outras questões, pela impossibilidade de realizar atividades pedagógicas remotas com mediação tecnológica e internet, para citar uma das ferramentas que têm sido usadas como alternativa à recomendação de distanciamento social e fechamento das escolas. Vivemos uma crise sem precedentes, de proporção global, educadores e famílias inteiras tiveram que lidar com a imprevisibilidade e, em benefício da vida, (re)aprendemos a ensinar.

Trataremos sobre essas adaptações na dinâmica das instituições educacionais e no trabalho profissional, a seguir.

4.1 O trabalho de assistentes sociais do IFPI em tempos de pandemia

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI é uma instituição centenária que tem como missão promover uma educação de excelência direcionada às demandas sociais. A contratação de assistentes sociais na instituição é recente, realiza-se sobremaneira nos anos 2000, e a inserção profissional nesse período, se dá em uma conjuntura onde, segundo Mota e Amaral (2017), o ideário do novo desenvolvimentismo, centra-se na defesa do crescimento econômico com redução da pobreza, através das políticas compensatórias.



Na política de educação, alguns fenômenos, conforme Almeida (2011, p.25), incidem sobre as requisições de assistentes sociais na área, tais como: valorização da educação inclusiva; processo de descentralização da educação básica; interiorização da rede federal de educação profissional; expansão do setor privado de educação; aprovação da Política Nacional de Assistência Estudantil; ações e programas sociais dirigidos às famílias e das demandas de sua operacionalização no âmbito das organizações não governamentais.

No âmbito da educação federal, essas requisições estão expressas nas atribuições do cargo de assistente social, estabelecidas no Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos dos técnicos administrativos em educação, são elas:

prestar serviços sociais orientando indivíduos, famílias, comunidade e instituições sobre direitos e deveres (normas, códigos e legislação), serviços e recursos sociais e programas de educação; planejar, coordenar e avaliar planos, programas e projetos sociais em diferentes áreas de atuação profissional; desempenhar tarefas administrativas e articular recursos financeiros disponíveis; assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 2005, p.11).

Atualmente o IFPI possui 24 assistentes sociais, lotadas em diferentes setores, o que reflete as especificidades dos campi e Reitoria na organização funcional e evidencia que as requisições ao trabalho de assistentes sociais relacionam-se ao ensino, pesquisa e extensão. Na organização dos processos de trabalho, o coletivo de assistentes sociais do IFPI, delineiam nos registros da atuação profissional que as competências e atribuições profissionais materializam-se nas seguintes ações:

gestão da Política de Assistência Estudantil do IFPI (POLAE); realização de estudos socioeconômicos para conhecer a realidade social da população atendida, bem como viabilizar o acesso a programas, projetos, serviços e benefícios sociais; assessoria nas atividades do ensino, pesquisa e extensão; trabalho em equipe multidisciplinar; realização de atividades socioeducativas; orientação e acompanhamento a estudantes; articulação com a rede socioassistencial para o atendimento das demandas dos estudantes do IFPI de modo integral; fomento a participação estudantil nos espaços de representação democrática; supervisão de estágio em serviço social (IFPI, 2018, p.17).

Durante a pandemia, esse delineamento do trabalho também se constrói coletivamente. Inicialmente, o Instituto Federal do Piauí, estabeleceu por meio da Portaria nº 951 de 30 de abril de 2020 a realização de trabalho *home office*, com a



suspensão das atividades presenciais (acadêmicas e administrativas) por tempo indeterminado. Esse contexto impulsionou o Serviço Social a avaliar as possibilidades de trabalho e propor alternativas na construção de estratégias que a instituição delineava sendo apresentado à Pro-Reitoria de Ensino as atribuições profissionais possíveis para o período.

Atender estudantes e responsáveis por meio eletrônico;
Articular recursos disponíveis para atendimento de demandas por benefícios da Política de Assistência Estudantil do IFPI;
Realizar atividades socioeducativas com estudantes;
Avaliar os aspectos sociais que interferem no processo de aprendizagem;
Contribuir com a equipe multiprofissional do DPED com informações sobre a dificuldade de acesso aos estudantes às atividades não presenciais (IFPI,2020, p.7).

Essas atribuições e as de demais servidores foram institucionalizadas por meio da Nota Técnica/PROEN nº 04 de 29 de abril de 2020, aprovada pelo Colégio de Dirigentes (COLDIR) e homologada na Portaria nº 952 de 04 de maio de 2020, que trata da organização das atividades pedagógicas não presenciais, na forma piloto, para as séries finais dos cursos realizados no IFPI.

Para a execução das atividades propostas, o primeiro instrumento institucional definido foi o canal de comunicação a ser utilizado com estudantes e demais membros da comunidade acadêmica, com a criação e divulgação de endereço de e-mail do serviço social nas redes sociais do Instituto Federal, bem como via contato telefônico e mensagens de aplicativo com servidores e estudantes representantes das turmas.

Os atendimentos nestes canais de comunicação foram exitosos, apenas no e-mail do serviço social, por exemplo, registrou-se 104 atendimentos nas duas semanas de atividades piloto. As demandas das/dos estudantes, ao serviço social, envolveram a busca de orientação e informação sobre serviços e atendimento prestado no período e requerimentos para acesso a benefícios da Política de assistência estudantil do IFPI e alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar, evidenciando a referência que existe por parte do Serviço Social junto à comunidade estudantil, na busca de auxílios e de esclarecimentos.

Considerando as desigualdades de acesso às tecnologias, um segundo momento de atividades deu-se com a busca ativa das demandas de estudantes que



identificaram, na pesquisa de perfil de acesso à internet da Pró-Reitoria de Ensino (IFPI,2020), que não tinham acesso à internet bem como estudantes que não a responderam. Essa foi uma das atividades coordenadas pelo serviço social, mas que contou com a colaboração de outras categorias profissionais, tais como: pedagogos, psicólogos, técnicos em assuntos educacionais, assistentes de aluno e professores. Foram contatados 295 estudantes, sendo a maioria dos Cursos Técnico Integrado ao Médio (120 estudantes), seguidos de 113 estudantes dos Cursos Técnicos Concomitante/Subsequente e 62 estudantes dos Cursos Superiores. No contato com estudantes foi possível a identificação das particularidades nas demandas de acesso à internet para avaliação das estratégias e respostas a serem implementadas.

Nos contatos realizados por Assistentes Sociais, em algumas situações, foram apresentadas pelas/pelos estudantes existência de outras demandas, algumas com necessidade e encaminhamentos, dentro das possibilidades postas pelo contexto atual (estudante com agravamento do quadro de saúde mental, estudantes com dificuldade de acesso ao auxílio emergencial, com necessidade de auxílio eventual da própria instituição, estudante com Covid-19). Destaque-se que esse não era o objetivo do contato naquele momento, mas a identificação como Assistente Social, o acolhimento à fala das/dos estudantes, abriram possibilidades para a exporem as demandas presentes em seu contexto, evidenciando os agravantes sociais em decorrência da pandemia.

Estas demandas foram atendidas com serviços e programas da Política de Assistência Estudantil do IFPI, encaminhamentos para atendimento com profissionais de saúde do campus e orientação sobre serviços e benefícios socioassistenciais da rede de atendimento. A partir dos atendimentos verificou-se que apesar da maioria dos estudantes (276, o que representa 96% das/dos estudantes) terem acesso à internet em seu domicílio, este acesso se dá em condições restritas por meio do telefone celular (291 estudantes) e com os dados das redes móveis pré-pagas (166 estudantes, isto é 57%).

As desigualdades de acesso às tecnologias apresentam-se pela limitação do poder de compra de equipamentos de informática, tais como notebook (76 estudantes) e computador (12 estudantes) e conexão de internet de qualidade e com longa



duração, haja vista que o acesso à internet, por meio de dados móveis, trazem dificuldade quanto à capacidade de baixar aulas e outros arquivos disponibilizados. Destaque-se que estes dados são referentes a estudantes que não haviam respondido à pesquisa realizada pela Instituição quanto à conectividade das/dos estudantes, também que a realidade de estudantes de cidades menores é ainda mais restrita quanto ao acesso a esses equipamentos e recurso, conforme recorrentemente destacado por profissionais com atuação nesses *campi*.

Para compreender outras demandas das/dos estudantes e identificar os aspectos sociais que interfiram nesse momento de aulas não presenciais que aconteceram no período de 11 a 22 de maio, deu-se início a atendimento individuais e familiar de forma remota, solicitando *a priori* que os alunos preenchessem formulário sobre aspectos sociais e as suas implicações na participação das atividades remotas, para tanto utilizou-se ferramenta tecnológica - formulários do google forms.

A partir deste foi possível identificar que 415 estudantes vivenciam os seguintes agravantes sociais nesse período: dificuldade de renda (180 estudantes); não ter ambiente adequado para estudar em casa (128 estudantes); dificuldade em administrar o tempo para a realização das atividades (120 estudantes); sofrimento com algum transtorno psicológico (109 estudantes); conflitos familiares (91 estudantes); dificuldade de adaptação ao uso de ferramentas digitais (60 estudantes) e fragilidade dos vínculos familiares (46 estudantes).

Quanto aos aspectos da pandemia, estudantes informam que as famílias estão conseguindo manter as recomendações de distanciamento social (201); que membros da família trabalham em serviços essenciais ou não conseguem atender às recomendações (148) e 18 estudantes ou membros da família foram infectados com a Covid-19.

Para dar seguimento às demandas apresentadas e entrelaçadas ao fazer profissional, como assistentes sociais, muitas das demandas foram atendidas, por meio de encaminhamentos e utilizou-se também como estratégia de atividades ações de cunho socioeducativo como a realização de projeto de Prevenção se faz com informação, mediado por meio de redes sociais institucional, privilegiando-se a realização de discussão por especialistas, servidores e estudantes por meio de lives,



bem como vídeos e posts produzidos pela equipe do projeto e outros apoiadores da proposta.

O referido Projeto situa-se no campo dos direitos humanos, mais especificamente no campo dos direitos sociais no contexto da Pandemia – Covid 19, e busca levar informações relevantes sobre o contexto atual e a crise de saúde pública que vivemos, de forma que estudantes, suas famílias e comunidade externa tenha acesso a informações pertinentes à sua proteção no contexto da pandemia, bem como informações e orientações que ajudem a minorar os impactos sociais causados pela medida de distanciamento social, haja visto que alguns grupos se tornam mais vulneráveis a situação de violação de direitos. Estão entre os temas já abordados: 1. A vida como valor fundamental, 2. Novas rotinas de aprendizagem e saúde mental, 3. Família e fortalecimento de vínculos em contexto de pandemia; e entre os que ainda serão executados: 4. Protagonismo juvenil em contexto de distanciamento social, 5. Desigualdade de gênero e estratégias de enfrentamento, 6. Violência doméstica contra crianças e adolescentes.

Também o serviço social foi requisitado pela Pró-Reitoria de Ensino a realizar levantamento junto às/aos estudantes que por algum motivo (voluntário ou involuntariamente) não aderiram ao levantamento institucional realizado sobre acesso à tecnologias e possibilidades de conectividade, sendo responsável também por informar à gestão por meio de relatórios, as necessidades dos estudantes quanto à necessidade de algum tipo de assistência para acesso aos conteúdos dos que não possuem conectividade.

5 CONCLUSÃO

Diante do exposto, apreende-se que em contexto de calamidade pública o qual atravessamos, o serviço social é requisitado pela instituição educacional a atuar sobre demandas historicamente postas à profissão e sobre novas demandas, como a garantia do acesso à educação remota, e em seu fazer profissional lança mão de novos recursos e estratégias, sobretudo através da adoção de recursos de tecnologia

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





(plataformas digitais, questionários eletrônicos, site institucional, e-mail, contato telefônico).

Entre as antigas e novas requisições para o serviço social no IFPI tem-se: a gestão dos benefícios assistenciais que contribuam para a reprodução material de estudantes e suas famílias; a realização de pesquisa social visando conhecer a realidade social dos estudantes no contexto da pandemia e subsidiar a construção de alternativas institucionais; a atuação através de equipes multiprofissionais; o desenvolvimento de ações que contribuam para a manutenção do vínculo entre estudantes e instituição de educação, a exemplo dos contatos telefônicos para acompanhamento individualizado de estudantes; e o desenvolvimento de ações socioeducativas, contribuindo para a informação, cuidado e proteção social do estudante e comunidade durante a pandemia.

Em contexto de pandemia que afeta de maneira direta o espaço educacional, vive-se um serviço social que se reconfigura e reorganiza suas práticas neste campo em consonância com o projeto ético-político profissional. Assim, lança mão de novas estratégias e recursos no fazer profissional em busca da efetivação de uma *práxis* comprometida com a comunidade estudantil e com a missão institucional, atento às condições de acesso e permanência dos/das estudantes, visando à construção histórica de uma educação emancipadora.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. Brasília: CFESS, 2004.

_____. (Assessor). **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. Conselho Federal de Serviço Social – GT de Educação: Brasília, junho de 2011.

BRASIL. **Lei 11.091/05**. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília, 2005.

_____. **LDB – Leis de Diretrizes e Bases**. Lei nº 9.394. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em: 05 de maio de 2010.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





CFESS. **Subsídios para o Debate sobre Serviço Social na Educação**. 2011.
Disponível em: <<http://cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2020a.

_____. **Subsídios para a atuação de assistentes sociais na política de Educação**. Série Trabalho e projeto profissional nas políticas públicas. 2011.
Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/BROCHURACFESS_SUBSIDIOS-AS-EDUCACAO.pdf>. Acesso em: 23 mai. 2020b.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Promulgada emenda constitucional do teto dos gastos públicos. Fonte: **Agência Câmara de Notícias**.
Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/505250-promulgada-emenda-constitucional-do-teto-dos-gastos-publicos/>>. Acesso em 07 de maio de 2020.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 23 ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2008.

IFPI. **Sistema Unificado de Administração Pública -SUAP**.

_____. **Portaria nº 951 de 30 de abril de 2020**. Estabelece a realização de trabalho home office, com a suspensão das atividades presenciais (acadêmicas e administrativas).

_____. **Portaria nº 952 de 04 de maio de 2020**, que trata da organização das atividades pedagógicas não presenciais.

_____. **Relatório do VI Encontro de Assistentes Sociais do IFPI**. 2018.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Ângela. Serviço Social brasileiro: cenários e perspectivas nos anos 2000. IN: **Cenários, contradições pelegas do Serviço Social Brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2017.

NETTO, João Paulo. A construção do projeto ético-político do Serviço Social, 2001. IN: www.fnepas.org.br/pdf/servico_social_saude/texto2-1.pdf > Acesso em 23 de maio de 2020.